



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 10 DE OUTUBRO DE 1996

Meu caro amigo Paulo Renato, Ministro da Educação; Professor Martins, Reitor da Unicamp e Presidente do Conselho de Reitores da Universidade Brasileira; Senhores Reitores; Senhoras Reitoras; Senhoras e Senhores; Senhores Dirigentes do Ministério da Educação;

Fui professor a vida toda e obediente ao nosso Reitor Fava. Embora hoje já afastado das lides universitárias e, com a generosidade da USP, tendo o título de Professor Emérito daquela universidade, é sempre para mim uma grande satisfação ter contato com aqueles que dirigem as nossas universidades.

Quero começar por onde terminou o Ministro Paulo Renato. Também quero ser solidário com os reitores, porque sei o que significa dirigir universidades. Eu, ainda muito moço, com menos de 30 anos, fui membro do Conselho Universitário da USP, em lutas muito grandes, daquela época, pela democratização da universidade. Durante muitos anos, até 1964, continuei no Conselho Universitário da USP. Fui representante dos antigos alunos, dos doutores, dos docentes e me tornei – título hoje antiquado – catedrático.

Bem, assisti de perto sobretudo o Reitor Ulhoa Cintra, com quem trabalhei muito na USP. Nós fundamos, naquela ocasião, a Fapesp e promovemos várias modificações na Universidade. Sei o quanto isso é difícil, e sei dos dois lados, como líder dos antigos alunos e dos auxiliares de ensino naquela época – reunidos estes no que hoje se chama Adusp. Fui fundador dessa organização, que hoje me critica tanto.

Sei, portanto, dos dois lados – de quem luta através das formas próprias, dos professores e dos alunos, e como quem decide, no Conselho da Universidade – como é difícil levar adiante a corporação universitária. Isto é próprio da corporação universitária, foi assim desde tempos imemoriais: a universidade sempre teve um quê de rebeldia; e universidade que não tem um quê de rebeldia provavelmente não está cumprindo o seu papel. Tem que ter um quê de rebeldia.

Mas eu me recordo, também, de que, quando era representante, acho que dos assistentes, auxiliares de ensino, na USP, me opus a certas reivindicações dos que queriam assegurar direitos – que, na verdade, eram privilégios – sem que houvesse competição, sem que houvesse requisitos de tese de mestrado, de doutorado. Eu me opus a isso, para surpresa do então reitor e dos professores que compunham a USP, porque eles esperavam que eu fosse defender teses corporativas, e não as defendi jamais, nem naquela ocasião. Por quê? Porque assim como é próprio da universidade um espírito libertário, é próprio da universidade, também, a competição pela excelência.

Universidade não é um local onde se possa, pura e simplesmente, deixar que o tempo corra e ir assumindo funções, sem que haja uma preparação do espírito, sem que o pesquisador ou o professor demonstrem a sua paixão pelo conhecimento. Sem essa busca de excelência, não há universidade. É uma incompreensão pseudodemocrática imaginar que, na universidade, tudo tem que ser igual para todos. Não. A universidade tem que reconhecer o mérito, o mérito do aluno e o mérito do professor, mérito que nem sempre está relacionado com a condição material e nem sempre, também, com a hierarquia: muitas vezes, o professor mais jovem faz coisas mais importantes que o professor mais antigo. O mérito tem que ser reconhecido de toda maneira, o

que não quer dizer, muitas vezes, que o professor mais jovem tenha de ter as mesmas posições, de outra natureza, na hierarquia burocrática, do professor mais antigo. O mais jovem tem que ser prestigiado.

Isso, aliás, é algo que me preocupa muito, nas nossas universidades. Não é tanto com o final da carreira, é com o meio da carreira, que é quando a pessoa está, realmente, exercendo na sua plenitude as suas capacidades e precisa de mais apoio, até mesmo material. Ao contrário do que se faz no Brasil. Quem mais precisa de dinheiro não somos nós, que já somos mais velhos. Não: são os que não chegaram à idade de já terem netos. Quando você já tem netos, não tem tanto gasto. Você tem gasto maior é quando tem filhos na idade de escola, na idade de universidade. Então, é preciso apoiar a carreira no meio dela, também, no início e no meio, e não só no fim.

Pois bem, acho que esse espírito, na universidade, tanto de liberdade, de autonomia, portanto, quanto de valorização do mérito e da competição, essa busca, essa inquietação, que deve corresponder à vida universitária, ela tem, claro, algumas relações com as condições materiais. Mas não é tudo. Também não digo isso porque sou Presidente da República agora, não: eu sempre disse isso.

Fui professor, tive a sorte de ser professor, em muitas universidades. No Brasil, fui só da USP, mas, fora do Brasil, fui professor na Universidade do Chile, de muitas. Professor regular fui na Universidade do Chile, na Universidade da França, no *College de France*, na Escola de Altos Estudos, na França, em Stanford, em Princeton e em Berkeley. Portanto, tenho uma experiência universitária razoavelmente ampla. Fui membro, também, de muitas associações científicas, no Brasil e fora do Brasil. Os meus colegas me deram o título de Presidente da Associação Internacional de Sociologia. Fui, durante muitos anos, membro do *Institute for Advanced Studies*, dos Estados Unidos.

Nessas organizações, eu participava das formas de aferição. É um processo – e muitos aqui têm essa mesma experiência – importante, para verificar que a aferição se faça independentemente da condição, do *status* da pessoa. É pelo mérito intrínseco do projeto apresentado. E é sempre competitivo. Os recursos são dados não em função do

prestígio, mas – ou, pelo menos, se faz um grande esforço, nesse sentido – em função do que é proposto naquele momento.

Eu tenho uma experiência pessoal, com o professor Gino Germani, que foi fundador da sociologia argentina moderna, depois foi professor da Universidade de Roma. Já faleceu. Ele tinha um tipo de pensamento da sociologia bastante diferente do meu, mas nós fizemos um projeto em conjunto. E todo mundo dizia: “Bom, os dois juntaram-se, aí vão ganhar.” Perdemos. Não é que perdemos. Consideraram que o tipo de projeto que nós tínhamos apresentado não se enquadrava nos critérios daquele ano. Então, não nos deram recursos, e eram recursos pequenos.

Foi muito bom assim. Tem que ser assim; tem que ser na base do mérito específico. Quando se julga o mérito de um trabalho, não se está julgando a pessoa. Muitas vezes, aquele trabalho é ruim e a pessoa é boa. O vice-versa é mais difícil – mas é possível. Quer dizer, você tem que julgar objetivamente. Isso é o espírito universitário, que requer, ao mesmo tempo, criatividade, inovação, espírito libertário, mas humildade, que é a parte mais difícil para qualquer um de nós, intelectuais. Mas ela é essencial. Humildade implica reconhecer os critérios, reconhecer o outro, a competência do outro; e seguir as regras, submeter-se a elas, seguir os concursos, essa coisa toda.

Acho que hoje, no Brasil, já temos maturidade para enfrentar as questões da universidade com espírito muito objetivo. É claro que vão existir sempre reivindicações corporativas; é normal que existam, e muitas têm que ser atendidas. As corporações existem e, também, há necessidades que, muitas vezes, do ângulo da visão meramente da qualidade, não se percebem, certas questões que são importantes, também, na vida cotidiana.

Mas, hoje, nós temos que ter coragem para reformar – é muito difícil – cada instituição brasileira. E estamos reformando, porque o País precisa dessas transformações. Maquiavel já dizia que o momento mais difícil é o da reforma. Por quê? Porque a situação estabelecida tem aliados, tem beneficiários, tem pessoas que, sejam ou não beneficiárias, já estão com o seu espírito a ela moldado. Quando se

começa uma transformação, todos aqueles que estavam acomodados ficam pelo menos inquietos – se não ficam contra. E não se tem aliados ainda, porque ninguém viu o resultado.

Então, é uma travessia difícil. O início de um processo de mudança é sempre difícil e requer coragem. A coragem só não basta, não: precisa estar bem embasada numa convicção, e essa convicção deve estar amadurecida. Mas, uma vez amadurecida a convicção, temos que lutar e, aí, temos que enfrentar. Temos que enfrentar.

Fui Ministro da Fazenda e, durante o tempo todo, na minha porta, tinha cantoria contra. Contra o Real. Hoje, com o Real, vai falar contra, para ver o que acontece! E se eu tivesse ficado com medo daquela cantoria, todo dia, ali? Diziam: “Está a serviço do Fundo Monetário Internacional.” Não sabiam que o único programa de estabilização que o Fundo não apoiou foi o nosso. Não sabiam, mas gritavam, repetiam, repetiam. A gente não pode ter medo dessa fanfarronada, se tiver convicção. Se tiver convicção, tem de enfrentar. E o resultado veio.

Os senhores estão numa fase em que vão precisar ter convicção. Primeiro, têm que formar a convicção e, depois, ter a audácia, a coragem para avançar nas transformações. Isso não pode ser, nunca, o apelido da intolerância. Acho que, em nenhum momento, o dirigente, seja do país, seja da universidade, deve ser intolerante; quer dizer, mesmo que tenha convicção, tem que ter a capacidade de ouvir a opinião do outro – de repente, o outro pode ter um argumento que mude o nosso. Mas, enquanto não tiver esse argumento, aí nós temos que ser firmes nas transformações.

As mudanças que o Professor Paulo Renato mencionou aqui dão critérios gerais à avaliação para evitar o subjetivismo e a incerteza, a insegurança. É natural que, num processo novo, as pessoas tenham insegurança, e é obrigação nossa, dos dirigentes, dar os elementos para que as pessoas se sintam mais seguras. Como ponto de partida, sempre imaginam que se está com alguma coisa escondida, se está dizendo isso, mas se quer aquilo. Não. Tem-se que mostrar o que se está querendo, o que se está dizendo.

Portanto, tem-se que explicitar o caminho, tem-se que explicitar o concurso. Esse projeto agora é para isso. Esse decreto é para isso, para deixar mais claro qual é o mecanismo, etc., e mostrar que ninguém quer mal a ninguém, nem quer fazer mal a ninguém, mas quer melhorar o conjunto, aperfeiçoar as instituições; e não se deseja que aqueles que foram de instituições momentaneamente não adequadas paguem o preço dessa inadequação. Não. Mede-se o processo, verifica-se, faz-se avaliação, não para punir o estudante, mas para corrigir o que é preciso corrigir no próprio processo educacional.

Esse é o espírito da avaliação, que é essencial. Não existe no mundo universidade sem avaliação. E, quando ficam sem ser avaliadas, e sem se auto-avaliarem, elas fenecem, perdem as características que já mencionei: o verdadeiro espírito universitário da criatividade, da audácia e da competência.

A outra questão é a da autonomia da universidade. Sou co-autor do artigo 207 da Constituição. Esse artigo tem uma história muito curiosa. Foi feito no fim da Constituinte, quando percebemos que não havia uma só referência à universidade no texto constitucional. Então, um grupo de pessoas disse: "Não é possível." Negociamos o artigo 207 na Comissão de Redação da Constituição e, depois, o submetemos ao plenário. O objetivo, é claro, é o de garantir a autonomia da universidade na sua capacidade criatividade frente ao poder público, para o poder público não poder utilizar-se de recursos impróprios para fazer a universidade abaixar a cabeça; e, ao mesmo tempo, o de dar responsabilidade à universidade. Não existe autonomia sem responsabilidade. Autonomia sem responsabilidade não é autonomia. Ora, essa responsabilidade tem que ser ampla, tem que ser a responsabilidade na decisão das linhas de pesquisas.

Nós não podemos continuar com essa visão totalitária de que a universidade é igual para todo o País, é igual para tudo. Por quê? Temos que permitir a diversidade. Nós, que somos da Universidade de São Paulo, quantos anos levamos lutando contra o Ministério da Educação. Agora, eu não preciso lutar, eu dou ordem nele... De qualquer maneira, levamos muitos anos lutando no Ministério con-

tra essa visão, porque tínhamos medo da quebra da nossa autonomia. O artigo 207 dá autonomia para todas as universidades, as federais também. O Ministério não está aqui para impor à universidade uma linha pedagógica, uma linha de pesquisa, nada: está aqui para dar as linhas gerais da educação no Brasil, como o Ministro Paulo Renato vem fazendo admiravelmente bem – neste momento dando ênfase, como estamos dando, ao ensino primário, essa coisa toda.

Pois bem, tem que haver autonomia na destinação dos recursos. Eu sofro, como os reitores, na questão dos recursos. Temos recursos escassos no Brasil todo. Pior do que escassos: são recursos atados, vinculados, que não dão liberdade ao gestor para utilizá-los de maneira mais inteligente, porque é automática a aplicação. Então, um problema freqüente é que se tem recurso para o que não precisa e não se tem recurso para o que precisa.

Pois bem, vamos tirar essas ataduras, pelo menos no âmbito da universidade. Evidentemente, temos que garantir às universidades públicas os recursos públicos necessários para que elas existam. Só de má-fé se pode imaginar que, num país como o Brasil, nós vamos acabar com a escola pública. Seria ridículo e contrário não só a toda a minha biografia, como ao interesse do País. Isso é uma coisa. Outra é dizer que a universidade privada tem direito de existir, é boa; que a universidade pública, sozinha, não vai dar conta do conjunto da formação deste país, que é imenso, que vai requerer múltiplas formas – e, crescentemente, formas que não são nem estatais nem privadas, são públicas, são filantrópicas, são de organizações de outra natureza. A sociedade está mudando muito nessa direção em que o Estado aporta o recurso mas não tem o controle. E isso é bom, não é mal, não.

O que estamos propondo é que, nas próprias universidades federais, o Estado aporte o recurso e não tenha o controle. É uma forma mais criativa de funcionar. E, como disse o Ministro Paulo Renato, para que não haja suspeita de que seria uma maneira de encolher os recursos públicos, nós estamos assegurando, pelo menos, o mesmo nível de recurso público, em porcentagem. Ou seja, como tenho expectativa de que as receitas cresçam, porque o crescimento está aí à

vista de todos, daqui para a frente haverá mais recursos para o Tesouro e, na proporção, haverá mais recursos para a universidade. Só que a universidade vai assumir a responsabilidade também da destinação interna desses recursos: quanto vai para pesquisa, quanto vai para pessoal, para que tipo de pessoal, quanto vai para gastos correntes, quanto para investimento. Temos que dar maior amplitude à ação dos reitores. Claro, isso não afeta a Universidade de São Paulo, nem a Unicamp, nem a Unesp, que têm outro tipo de vinculação, com o Governo de São Paulo. Quanto mais recurso for, para nós é melhor, francamente – havendo disponibilidade. Não afeta, obviamente, as escolas particulares, que não precisam, não têm esse tipo de recurso, têm outras questões, como o crédito educativo, como já foi assinalado. E o Ministro Paulo Renato tem muita atenção a todos esses programas e a esses problemas que são enfrentados pelas nossas universidades.

Enfim, é isso. Acho que estamos num momento rico para o País, no sentido de que podemos tomar decisões que vão afetar o futuro – estão afetando. As decisões que estamos tomando estão condicionando, creio que para melhor, o processo de transformação do Brasil. E é impensável para este país continuar no caminho em que está, de crescimento, de desenvolvimento, se não tiver tecnologia, se não tiver formação profissional, se não tiver boas universidades, se não tiver pesquisa. Também é evidente que estamos fazendo um esforço nessa área. Vamos precisar de mais investimentos, sobretudo na área de ciência básica e de pesquisa. Isso é uma necessidade, não existe país moderno sem universidade forte, aberta, democrática e sem essa mesma capacidade da universidade de gerir seus destinos e de ter a liberdade de dizer o que pensa. Não é isso? Universidade que não diz o que pensa...

Agora, não existe um pensamento de uma universidade, são vários pensamentos da universidade. Isso é característica da liberdade. Não existe uma universidade que seja homogênea. Não. Ela nasceu heterogênea: uns pensam de um jeito, outros pensam de outro jeito; uns gritam a favor, outros gritam contra. Realmente, esse bulício é que faz a vida rica da universidade.

E nós, que nascemos e fomos criados nisso, sentimos saudade quando a universidade não protesta. Ainda bem que nem sempre, não é? Ainda bem que toda essa agitação da universidade é produtiva, quando a universidade tem rumo. E o rumo está sendo dado pelos senhores, está sendo dado por um pensamento novo no Brasil, pedagógico e político, não no sentido de partido, mas no sentido da compreensão do processo cívico. A universidade brasileira está correspondendo, e há de corresponder, crescentemente, às expectativas de todos nós e do povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a vocês pelos 30 anos. Quisera eu ter só trinta.